



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)

Apresentação: 24/05/2023 13:58:42.710 - CPI/MST

REQ n.136/2023

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Dr. Frederico)

Requer nos termos do art. 117, caput, c/c com o art. 36, II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convide o **Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira.**

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 117, caput, c/c com o o art. 36, II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidado o **Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira.**

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do **Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira**, para prestar informações à CPI destinada a apuração das invasões de terras em 2023 pelo MST, é importante para elucidar os fatos sobre as invasões e apurar quem são os responsáveis.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232751677700>



* CD232751677700 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 24/05/2023 13:58:42.710 - CPI/MST

REQ n.136/2023

Em primeiro lugar, o MST é frequentemente acusado de promover invasões de terras, o que configura uma violação do direito constitucional à propriedade privada. É fundamental que sejam apuradas as circunstâncias dessas invasões e, se for o caso, responsabilizados os envolvidos.

Além disso, a legislação brasileira proíbe a invasão de terras e prevê punições para quem o fizer. O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 161, prevê que invadir ou ocupar, contra a vontade expressa ou tácita do proprietário, imóvel alheio configura o crime de esbulho possessório. A CPI tem a responsabilidade de investigar o cumprimento da legislação e, se houver indícios de descumprimento, tomar as medidas necessárias para garantir o cumprimento da lei.

Apesar dessas regras, em 2023, ocorreram diversos casos de invasão de terras no Brasil. Em março, por exemplo, o MST invadiu a Fazenda Ouro Verde na Bahia, alegando que a área era improdutiva e deveria ser destinada à reforma agrária. O mesmo aconteceu em outras regiões do país, como no Paraná e em São Paulo. As políticas públicas relacionadas à reforma agrária são fundamentais para buscar soluções efetivas para esse problema de invasões de terras.

Dessa forma, a convocação do **Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira** é justificada como forma de obter informações sobre a atuação do Governo Federal no sentido de combater às invasões de terras e contribuir para a apuração dos fatos pela CPI.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2023.

**Dep. Dr. Frederico
Patriota/MG**

